

ECONÔMICO

# Valor

## Expansão da demanda de energia ainda não cria riscos

Capacidade instalada é suficiente para atender o crescimento da carga projetado

Por **Letícia Fucuchima** — De São Paulo

07/01/2020 05h01 · Atualizado há 9 horas



Luiz Augusto Barroso, presidente da consultoria PSR, avalia que existe folga na oferta de energia para fazer frente ao crescimento de demanda em 2020 — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Acompanhando as expectativas de crescimento do PIB, a demanda por energia elétrica deve crescer de forma mais acentuada a partir de 2020, após alguns anos de expansão relativamente fraca. De modo geral, analistas ouvidos pelo **Valor** afastam preocupações com racionamento neste ano, afirmando que o Brasil está preparado para atender ao consumo mesmo a taxas acima das projetadas hoje. Mas há quem diga que a situação do país acende um sinal de alerta para os próximos anos em um cenário de avanço mais forte da atividade econômica.

De acordo com o planejamento do governo, a carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) deve aumentar 4,2% em 2020, o dobro da taxa de 2,1% estimada para o acumulado de 2019. Já entre 2021 e 2024, a expectativa é de crescimento anual da ordem de 3,7%. As previsões, feitas em conjunto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), levam em conta uma expansão de 2,3% do PIB neste ano e taxas mais próximas de 3% para os anos subsequentes.

“Temos capacidade instalada para atender a esse crescimento da carga. Nossa oferta de energia hoje é mais pulverizada do que no passado, com mais projetos eólicos e solares”, aponta Alexandre Viana, sócio da consultoria Thymos Energia. Para o especialista, num cenário de expansão da demanda além do estimado, a principal questão não seria o suprimento, mas sim o preço. Segundo ele, o parque térmico brasileiro ainda é caro, de forma que um maior acionamento de termelétricas em caso de piora das condições hidrológicas tenderia a pressionar as tarifas de energia.

Embora as fontes renováveis venham aumentando sua participação na matriz energética brasileira, a geração ainda é fortemente concentrada nas hidrelétricas. Diante desse cenário, a gestão dos reservatórios dessas usinas deve ser um ponto de atenção, destaca Luiz Augusto Barroso, presidente da consultoria PSR. Apesar da atual situação dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN), que registram os piores níveis de armazenamento desde 2014, as análises da PSR não identificaram risco de racionamento para 2020.

Barroso avalia ainda que a oferta de energia contratada nos últimos leilões, somada à já comprada no passado, permitirá que o país tenha folga para fazer frente ao crescimento da demanda. “No limite, se o PIB do Brasil, e por consequência a carga, crescerem muito acima do esperado, a regulação oferece instrumentos para comprar oferta adicional em caráter de emergência”.

Em monitoramento lançado em setembro, o **Instituto Acende Brasil** estimou que, entre 2019 e 2022, haveria um “respiro” de cerca de 15,5 gigawatts (GW) médios entre a disponibilidade de geração e a demanda projetada. Ainda conforme o estudo, essa folga ocorreria, em maior ou menor grau, mesmo em cenários de aumento da carga além do previsto ou de restrição da oferta, com atraso na implantação de usinas e de condições hidrológicas críticas.

Em geral, especialistas acreditam que riscos de um déficit no suprimento de energia só surgiriam em situações quase apocalípticas, que aliassem uma forte crise hídrica a um aumento muito expressivo do consumo. Mas Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), faz um contraponto a essa visão. “Não estamos em uma situação de tranquilidade, temos de estar atentos. Se em 2021 o país voltar a crescer 3% ou mais, aí eu acho que começaremos a ter problemas sérios”.

Na avaliação de Pires, durante a última recessão econômica, o país se “acomodou” e deixou de tomar medidas importantes para garantir a robustez do sistema elétrico. Com o aumento mais forte da demanda a partir de 2020, problemas que não pareciam graves, como o atraso de obras das usinas, podem ganhar importância, diz. “Precisamos começar a olhar para obras atrasadas, fazer leilões por fonte de energia, colocar térmicas a gás natural na base”, defende.

Conforme monitoramento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até 2024, estão previstas para entrar em operação comercial 574 centrais geradoras, que somam 20,5 GW de potência. Desse total, 252 usinas estão com cronograma de implementação atrasado.

No último mês, o próprio governo já se posicionou sobre o tema e garantiu que não faltará energia no país. Em resposta a uma nota publicada pelo jornal “O Globo”, o Ministério de Minas e Energia (MME) negou a possibilidade de racionamento em 2020 mesmo que a economia cresça acima de 2,5%. No esclarecimento, o MME afirma que vem contratando um conjunto de empreendimentos de diversas fontes de energia “suficientes para atender o crescimento econômico sustentável do País”.